



Associação Nacional de
Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

35º Encontro Anual da ANPOCS

GT15 - Gênero, deslocamentos, militâncias e democracia

**Educação Anti-Homofobia: tensões entre gestores, ativistas e acadêmicos
na política editorial do Ministério da Educação do governo “Lula”**

Felipe Bruno Martins Fernandes

Educação Anti-Homofobia: tensões entre gestores, ativistas e acadêmicos na política editorial do Ministério da Educação do governo “Lula”¹

Felipe Bruno Martins Fernandes

Este texto traz para discussão alguns pontos que trabalhei na tese de doutorado intitulada “*A Agenda Anti-Homofobia na Educação Brasileira (2003-2010)*”², iniciada em 2007 e escrita entre 2010 e 2011, defendida no PPGICH/UFSC.

Ao longo da pesquisa, que teve como lócus as políticas implementadas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC), um dos aspectos que me chamaram a atenção e que passei a dar centralidade na análise foram as disputas e alianças entre os sujeitos envolvidos no campo de elaboração, implementação e execução de políticas públicas de combate à homofobia, a saber, os gestores do governo federal - responsáveis pelos programas e ações que estruturam as políticas no âmbito da gestão governamental; os ativistas dos movimentos LGBTTT - que definem a pauta política a ser implementada pelo governo; e os acadêmicos - que qualificam teórico-estrategicamente os conteúdos das políticas e executam as ações de formação de professores (FERNANDES, 2011).

André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (2011) em volume intitulado “*Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança*” mostram como as questões de gênero e sexualidade tem permanecido no centro da reflexão das teorias sociais brasileiras como fundantes da identidade nacional contemporânea. Júlio Simões, nesse volume, faz uma análise em sintonia com a que ora empreendo ao mostrar que o processo de colaboração entre movimentos sociais, universidades e agências do governo federal são característicos da política sexual contemporânea:

grande parte da visibilidade social e política alcançada pelo movimento LGBT deveu-se ao seu processo recente de institucionalização e estabelecimento de

¹ Agradeço a orientação durante a pesquisa das Profas. Miriam Pillar Grossi e Joana Maria Pedro, bem como aos colegas do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades do Laboratório de Antropologia Social da UFSC pelas inúmeras leituras, sugestões, aprendizados e críticas.

² O volume está disponível no site da Biblioteca Universitária da UFSC: <http://portalbu.ufsc.br/>.

parcerias com o Estado. Nesse campo de relações há vantagens, mas também riscos. Abrem-se novos canais para pressões vindas ‘de baixo’ que, entretanto, podem também favorecer novas redes de clientela que amortecem o potencial crítico do movimento. Sob esse aspecto, a trajetória do movimento LGBT recoloca de forma eloquente um fenômeno bastante conhecido e atual: a interpretação e a porosidade entre Estado e sociedade civil no Brasil (2011, p. 244).

Na dinâmica de colaboração entre Estado e sociedade civil na implementação de políticas anti-homofobia na educação brasileira o principal conflito foi a avaliação e publicação de material didático-pedagógico que culminou no veto da presidenta Dilma Rousseff ao “Kit de Combate à Homofobia”.³ Neste momento de veto, Dilma Rousseff argumentou que “o governo não fará propaganda de opção sexual”, e desqualificou a política editorial do MEC ao dizer que tudo que tenha a ver com “*costumes*” terá que passar pelo crivo da Presidência da República (PR), mostrando a centralidade do tema na cena política brasileira contemporânea. Apesar da presidenta representar um desdobramento das reflexões que foram produzidas na década anterior, neste trabalho vou me centrar exclusivamente no período do governo lula,⁴ momento em que, no meu ponto de vista, os direitos de LGBTTT tiveram respaldo, escuta e agência.

Procurou mostrar como se consolidou no Brasil dos anos 2000 um novo modelo de governança baseado na indução do desenvolvimento econômico (que não é novidade pois já acontece no Brasil desde os anos 1950, como veremos) mas também, e aqui reside o caráter de novidade do governo lula, de indução de políticas sociais, como é o caso da agenda anti-homofobia. A “indução” de políticas sociais, proclamada pela gestão federal do período estudado, é posta a cabo a partir da complexificação do campo LGBTTT e acadêmico em colaboração com o Estado que se difere, portanto, daquela

³ O “Kit de Combate à Homofobia” é uma série de tecnologias educacionais com vistas à formação de professores e estudantes sobre homossexualidades e travestilidades produzidas por uma coalizão de ONGs, dentre elas a ABGLT.

⁴ Agradeço a Luzinete Minella a sugestão de, ao nomear o período estudado, assumir o termo “lula” como adjetivo e não como substantivo. Por isso em todo o texto “lula” aparece em letra minúscula buscando denotar um “*período*” e um “*modus operandi*” ao invés de qualificar o estado com base em seu representante máximo.

configuração vista em décadas anteriores focadas nas áreas de Saúde e Segurança Pública.

O movimento LGBTTT emerge no Brasil no final dos anos 1970, particularmente em 1978, quando é lançado o jornal *Lampião da Esquina* e o *Grupo Somos de Afirmação Homossexual* em São Paulo⁵. O contexto da ditadura militar que informava os recentes quadros LGBTTT com uma pauta libertária de combate ao regime autoritário em conjunção com uma nova agenda global dos feminismos que posicionava o corpo e o prazer como centrais na agenda política das mulheres foram estruturantes na formação de um movimento LGBTTT singular em que os eixos do *socialismo* (informado pelas organizações de esquerda de combate à ditadura) e dos *direitos humanos* (informado pelas pautas internacionais com origem nos países do centro) passaram a conviver nas organizações.

Em meados dos anos 1980, com a chegada da epidemia da AIDS no Brasil, o movimento é interpelado por uma doença que é interpretada no período como exclusiva aos grupos LGBTTT. A epidemia da Aids, dessa forma, reestrutura o movimento LGBTTT, no Brasil e no Mundo, na medida em que constrói novas formas de “fazer política” baseadas na “solidariedade” (PARKER, 1994) e nas “respostas comunitárias” (PARKER, 2000) a um problema até então negligenciado pelo Estado. É o deslocamento produzido por esse “fazer político”, nomeado como “respostas sociais à Aids” por Cristiana Bastos (2004), que informa as agendas anti-homofobia; especialmente porque são as “respostas sociais à Aids” no Brasil que passam a articular as agendas internacionais com o ativismo local, produzindo uma miríade de relações entre diferentes atores políticos do período possibilitando, nos anos 1990, a transformação do ativismo local de ONGs formadas por indivíduos pertencentes ao movimento LGBTTT que lutavam pela prevenção da Aids em um “grupo de poder” no âmbito do Estado brasileiro.

Para este texto formulei a hipótese de que ao induzir políticas sociais de combate à homofobia, o governo Lula abriu o campo de políticas LGBTTT a novos sujeitos, o que resultou na configuração de novas relações de aliança e

⁵ Veja FRY (1982), MACRAE (1991) e GREEN (1998) para análises destes dois momentos.

rivalidade nos processos de avaliação e publicação de material didático-pedagógico anti-homofobia. E é para tentar entender este processo que apresentarei primeiro a noção de “Estado Indutor”, para posteriormente refletir sobre o papel de gestores e ativistas na agenda anti-homofobia na educação e, assim, analisar o conflito na publicação de material didático-pedagógico característico dessa agenda.

1 - A indução de políticas sociais no governo lula: uma resposta às acusações de “intervencionista”

O governo lula durante suas duas gestões (2003-2006 e 2007-2010) produziu “novidade” no que tange a instituição do “combate à homofobia” como um objetivo de políticas públicas federais. Esta instituição, como veremos ao analisarmos o papel dos ativistas dos movimentos sociais e dos gestores do governo federal, tem relação direta com uma dinâmica nomeada por Toni Reis, presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) como “escuta ativa”, ou seja, um governo que “ouviu” as pautas dos movimentos sociais traduzindo-as em políticas públicas de enfrentamento da violência contra as populações LGBTTT.

Com base na “escuta ativa” e percorrendo alguma literatura sobre modelos de gestão estatal proponho que o governo lula, apesar de influenciado pelo “intervencionismo” (característica da Era Vargas), buscou diferenciar-se deste modelo, uma vez que sua característica de “ouvinte ativo” da sociedade civil, produziu “novidade”, ou seja, um “tipo” de Estado que nunca ocorrera no Brasil.

A diferenciação do intervencionismo (“Estado Provedor”) e a “escuta ativa” da sociedade civil, que segue um modelo de “participação popular” tido como “eficaz” pelas populações beneficiadas por políticas públicas (AHLERT, 2008), cria um novo “tipo” de Estado: o “Estado Indutor de Lula”. Apesar de nomeá-lo como “Estado Indutor de Lula” é Dilma Rousseff, então ministra-chefe da Casa Civil, que assim o classifica.⁶ O Estado Intervencionista é aquele que

⁶ Esta entrevista, disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2010/04/04/internas_economia.183732/index.shtml>, será citada em itálico ao longo deste tópico.

submete as liberdades individuais a um determinado modelo econômico que visa tanto ao desenvolvimento como ao bem-estar social (COUTO, 2007).

Ao apresentar o governo lula como “Estado Indutor” estou trazendo alguns dados do campo em diálogo com uma entrevista de Dilma Rousseff, como ministra-chefe da Casa Civil, ao jornal Correio Brasiliense (04 de abril de 2010) e tecendo abstrações a partir deles. O exercício foi, como apontou Márcio Goldman (2006), “[elaborar] uma grade de inteligibilidade que permita uma melhor compreensão de nosso próprio sistema político” (p. 29).

O intervencionismo pode ser entendido, nas falas do ex-presidente e seus ministros, como uma regulação dos mercados por meio das propostas governamentais. Entretanto, fazendo frente a este discurso, esteve a ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, que, por exemplo, disse à Folha de S.Paulo, em 20 de setembro de 2009: “sou nacionalista, não intervencionista”. Buscando diferenciar-se do “Estado Intervencionista”, o governo lula se propôs como “indutor”. Para Dilma,

*tinha gente torcendo para ficarmos de braços cruzados na crise. Diziam: “o governo lula sempre deu certo, mas nunca enfrentou uma crise internacional”. Apareceu a maior crise dos últimos tempos, que estamos superando. Eu acho que quem defendia que o mercado solucionava tudo, o mercado provê, é capaz de legislar e garantir, está contra a corrente e contra a realidade. O que se viu no mundo nos últimos tempos é que a tese do Estado mínimo é uma tese falida. Nós somos extremamente a favor do **Estado que induz** o crescimento, o desenvolvimento, que planeja [grifo meu].*

Nesse sentido, a noção de “indução”, de autoria de Dilma Rousseff na classificação do governo lula, entra no campo buscando fazer frente ao entendimento do governo como “intervencionista”. É no momento em que Dilma Rousseff, ex-guerrilheira mineira e conhecida gestora do estado do Rio Grande do Sul, assume a Casa Civil que se iniciam “classificações” mais concretas sobre “o que é” o governo lula e como esse governo entende seu “papel de Estado”. Contraponho dessa forma uma visão corrente presente nas eleições presidenciais de 2010 que dizia que Dilma era a “sucessora que Lula inventou”. Defendo que é exatamente o contrário, ou seja, foi Dilma Rousseff quem “inventou” o governo lula como um governo possível de ser entendido como tal.

1.1 O Estado Indutor

A categoria “Estado Indutor” não é novidade na análise de governos brasileiros. No fim da Era Vargas (1946-1962), a “indução” foi um termo utilizado para classificar os governos que “induziam o desenvolvimento”, ou seja, criavam empresas públicas que competiam no mercado financeiro (GOMES; VIEIRA, 2009).

Os primeiros usos da categoria “Estado Indutor” remetem ao período pós-Vargas como tendo sido “indutor do desenvolvimento”, com base na injeção de recursos públicos no mercado financeiro. É então uma categoria do setor econômico que dialoga com o trabalho, mas não propriamente com a pauta social que analisei. Como afirmam João Gomes e Marcelo Vieira (2009), é “Estado Indutor” aquele que possibilitou o contexto da estatização do campo da energia elétrica no Brasil, particularmente com a criação da Eletrobras em 1962. Seriam características do “Estado Indutor” do período pós-Vargas “uma maior participação do estado no setor elétrico, com aumento dos investimentos públicos, especialmente nas concessionárias estaduais” (GOMES; VIEIRA, 2009, p. 300).

No final dos anos 1990, o termo “Estado Indutor” passa a se referir a um determinado “modelo de gestão”. Tal “modelo” preconiza a qualidade das políticas públicas de forma que outras instituições (inclusive a sociedade civil), com base na competência e expertise, passam a cumprir funções de executoras de ações do Estado.

As principais críticas da oposição ao governo Lula defendiam o “Estado Mínimo” e utilizaram a categoria acusatória de “privatização do Estado” ao abordar o governo Lula. Como afirmou a oposição em certo momento, “*durante oito anos, o PT loteou as agências reguladoras, a administração pública direta e indireta, ministérios e estatais: um projeto de poder*”.

Dilma Rousseff tentava mediar essas acusações afirmando, como vimos, que o mito do “Estado Mínimo” é uma “tese falida” e que cabe ao presidente “mandar algumas coisas”. Dilma Rousseff argumentou a favor do Estado:

É primário ficar nessa discussão de que o governo, para não ser chamado de intervencionista, seja um governo omissivo, de braços cruzados, que não se interessa por resolver as questões da pobreza nem do desenvolvimento econômico.

Se Dilma Rousseff não aceitou a classificação do governo lula como “intervencionista” — conceito clássico colado à institucionalização dos direitos sociais, característico do período autoritário do Brasil e classificado como “Era Vargas” (CARDOSO, Fernando Henrique apud SILVA JUNIOR, 2003) —, a então ministra chefe da Casa Civil assume seu projeto de Estado como “Estado Indutor”:

foi o estado mínimo dos neoliberais que nos antecederam e que ficou conhecido pelas dificuldades de tudo aquilo que deixou de cumprir, porque era Estado do não: não planejava, não fortalecia as empresas públicas, não promovia alianças com o setor privado, não protegia o setor privado diante da crise, não incrementou o investimento público e não financiou o investimento privado. E, antes de ser Estado mínimo, foi um Estado omissor. Depois assistimos, no governo lula, à construção do Estado indutor, que cria as condições para que as coisas sejam feitas, ao mesmo tempo em que cobra dos agentes econômicos que as coisas sejam bem feitas porque isso é o papel do Estado.

3 - A Agenda Anti-Homofobia no governo lula

Entender os princípios que regem a agenda anti-homofobia na educação é possível, no exercício que se propõe, relacionando essa ação com o quadro mais amplo que caracteriza o governo lula. “Induzindo” a reflexão sobre gênero, sexualidade e raça na escola, mediante a formação em alta escala de professoras e professores da rede pública em sintonia com Estados e Municípios, por exemplo, o combate à homofobia se tornou “problema escolar a ser combatido” (nas diversas instâncias sociais) e se abriu no plano da realidade a possibilidade de novas representações sobre as homossexualidades e travestilidades na Educação e na escola. Conforme apontou Elaine Beatriz Ferreira Dulac (2009), “o propósito de contemplar uma educação para a diversidade compõe a rede discursiva que vem organizando a educação brasileira” (p. 73). E essa “organização” é fruto da “indução”, ou seja, de um certo tipo de “ativismo governamental”.

No governo lula foram implementadas determinadas “estratégias”⁷ de combate à homofobia na escola. Durante o período estudado percebi formas delimitadas de atuação que têm efeitos produtivos no que tange (i) à inserção da homofobia como uma categoria inteligível no léxico do campo educacional; (ii) à

⁷ Estratégia é entendida aqui como um modo operatório, ou seja, é a forma como a vontade de gerenciamento do combate à homofobia na escola é colocada em prática.

inserção de profissionais do corpo técnico-pedagógico nas reflexões científicas dos campos dos Estudos de Gênero e Estudos Gays e Lésbicos; (iii) à abertura de possibilidade para que sujeitos estratégicos dispersos no campo sejam incorporados no centro (distanciando-se, portanto, das margens e da ação individual não controlada); (iv) à construção de espaços de troca e diálogo que possibilitam a densificação das reflexões e o ajustamento da política; e (v) à garantia da historicidade das ações por meio de produtos inseridos na escola (que, por seu caráter físico-material, extrapolam a temporalidade de qualquer governo).

Escolher uma determinada estratégia, como percebi, é sempre um ato político. Trata-se sempre da escolha de alguém: escolha de governantes, escolha de ativistas, escolha de especialistas, escolha do público afetado/beneficiado (profissionais do corpo técnico-pedagógico, professoras e professores, alunas e alunos, família e responsáveis) etc. Essa escolha e sua possibilidade de tornar-se política pública dependem muito da hierarquia e do ator social que a escolhe e a coloca em prática. Assim como tem sido observado em relação às questões feministas, quando pesquisadoras refletem se uma Lei aprovada e sancionada “pegou ou não” (GROSSI; CARDOZO, 2008), o mesmo parece ocorrer no campo que observei.

As principais ações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC) – executadas por meio de programas específicos –, no que tange às políticas públicas envolvendo as temáticas de gênero, sexualidades e relações étnico-raciais, foram: a formação/capacitação de educadores, a organização de encontros e seminários (incluindo-se aqui semana temática), a participação de gestores em eventos externos ao MEC, a organização ou participação na equipe organizadora de prêmios e a produção de material didático-pedagógico específico para a agenda anti-homofobia.

4 - Militantes e Militâncias LGBTTT na Implementação de Políticas Públicas de Educação: os gestores e os ativistas dos movimentos sociais

4.1 - Os ativistas dos movimentos sociais

Ativistas são dirigentes ou integrantes de organizações da sociedade civil (ONGs) e têm atuado em parceria com outros sujeitos e instituições na definição da pauta política da agenda anti-homofobia na educação. Ativistas gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTTT) são os principais sujeitos das agendas anti-homofobia. Como sujeitos com pertencimento nos movimentos sociais, e que se automeiam “ativistas” (e em certas circunstâncias “militantes”), estes, que não circulam exclusivamente nas instituições do movimento LGBTTT, são aqueles cuja prática cotidiana vem possibilitando que sob a categoria homofobia sejam interpretadas as discriminações e preconceitos contra pessoas LGBTTT como um “problema social” e tiveram papel fundamental no “deslocamento” dessa categoria para o centro da produção de políticas públicas no Brasil.

Apresentarei alguns pontos relevantes sobre o grupo social de “ativistas” para a análise da agenda anti-homofobia na educação. O primeiro ponto é o vínculo institucional desses sujeitos, geralmente em ONGs do mainstream do movimento LGBTTT ou com reconhecimento notório conferido pelo grupo de ativistas pela atuação a favor das agendas homossexual e anti-homofobia. Foram esses sujeitos que, nas práticas cotidianas nas instituições do movimento social, primeiramente definiram a pauta política da agenda anti-homofobia na educação. O segundo e terceiro pontos dizem respeito à atuação destes sujeitos nas agendas anti-homofobia na educação, que têm sido fortemente marcadas pelo modelo de luta contra a Aids no Brasil. Um último ponto busca esquadrihar as principais pautas levantadas pelos sujeitos “ativistas” para a área da educação brasileira.

Quando pela primeira vez o movimento LGBTTT ocupa formalmente a Conferência Nacional de Educação (CONAE), no início de 2010, a homofobia já é a categoria hegemônica da agenda homossexual nessa área. Com delegados eleitos em onze estados da federação e um material próprio da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), o objetivo da “ocupação” deste espaço foi dar visibilidade e “defender” a pauta anti-homofobia na Educação. Participaram da elaboração da agenda ativista de combate à homofobia nas escolas instituições como o Centro Paranaense da Cidadania

(CEPAC), o grupo CORSA e a ONG ECOS. A principal pauta ativista na CONAE foi nomeada como “Nome Social”, uma reivindicação da garantia do direito de travestis e transexuais de usarem o nome escolhido após as transformações de gênero em detrimento do “Nome Civil”, registrado no momento do nascimento desses sujeitos.

Por mais que a pauta apresentada à CONAE tenha diálogo denso com as políticas públicas da educação no sentido de maior ênfase na formação inicial de professores e na revisão e publicação de livros e outros materiais didáticos, há também a preocupação com a escolaridade de pessoas trans e o incentivo à pesquisa engajada, que vise o combate a violências na escola. Apesar de serem propostas “conservadoras”, no que tange à manutenção de uma política que estava em implementação pelo governo lula (organização de eventos, publicação de material didático etc.), a pauta que propuseram os movimentos sociais foi, desde o início da agenda anti-homofobia no MEC, a principal fonte de ideias sobre a execução de uma política inédita, como é o caso do combate à homofobia na escola. É por isso que os movimentos sociais, ao definirem a pauta da agenda anti-homofobia na Educação, acabaram por produzi-la e por possibilitarem a ampliação deste campo, inclusive nas universidades brasileiras.

Entre 1998 e 2004, pude perceber, nos movimentos LGBTTTT, que a pauta política na educação girava em torno da agenda homossexual, levando-se em conta a “liberdade” dos homossexuais para frequentarem a escola e o seu “direito” a uma educação pública. O principal conceito teórico que informava a pauta política na educação defendida pelos ativistas LGBTTTT era de “co-educação”, fruto das teorias feministas na educação e portanto muito presente tanto no feminismo acadêmico na educação como nos movimentos feministas. Conforme aponta Daniela Auad:

a co-educação tem como um de seus objetivos primeiros a transformação das relações de poder entre o masculino e o feminino, a relativização da polaridade entre esses dois “grupos” de representações e criação de novas condições de relacionamento entre os gêneros (2006, p. 67).

Na defesa dos direitos humanos de “homossexuais e transexuais”, no final da década de 1990, não havia uma agenda política “específica” para o campo da educação. Bebendo na fonte feminista, as propostas de igualdade

entre os sexos eram hegemônicas na defesa da liberdade e direitos de pessoas LGBTTT. A escola, entretanto, nas agendas específicas do movimento LGBTTT, era alocada, nas pautas políticas, juntamente com outras instituições sociais e áreas de governança como trabalho, moradia, lazer, cultura e demais “benefícios sociais”.

Após a eleição de Lula em 2002, a pauta dos movimentos LGBTTT na educação começa a se formar. A Educação passa a ser uma área específica na agenda política. Com o lançamento do programa Brasil Sem Homofobia se inicia uma defesa da implementação das propostas do programa. Em 2005, o movimento LGBTTT, apesar de já constituída a agenda anti-homofobia na educação, buscava massificar entre seus membros a necessidade de atuação na educação: “a educação escolar, dada a sua importância na formação da sociedade brasileira, deve ocupar nossas agendas de lutas nos anos que se sucedem” (ABGLT, 2005, p. 49).

4.2 - Os gestores do governo federal

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC), agência do governo federal responsável pela agenda anti-homofobia na educação, é organizada segundo um padrão hierárquico. Como em qualquer Estado-nacional, as agências de governo são organizadas desta forma, e isso resulta em uma alta divisão do corpo social em diferentes papéis. Os sujeitos presentes na SECAD são chamados de “gestores”, categoria profissional para os funcionários que trabalham no governo. Como apontam os gestores-informantes de Telmo Mota Ronzani e Cristiane de Mesquita Silva, ao falarem sobre o Programa Saúde da Família (PSF), “não é papel dos gestores atuarem na discussão e influenciarem as atividades desenvolvidas pelo conselho”, apenas “receberem informações” (RONZANI; SILVA, 2008). Similar ao resultado desses pesquisadores, a maioria dos gestores da SECAD também se posiciona dessa forma, afirmando que não “elabora” a agenda anti-homofobia, apenas a “executa” e que cabe à sociedade civil “pressionar” o governo para que a agenda exista. Apesar de a posição dos gestores da SECAD contradizer o projeto de “Estado Indutor” do governo Lula (e, logo, não espelhar o papel do

Secretário, como veremos) é recorrente aos gestores se posicionarem segundo a etimologia da categoria que dá nome a sua identidade profissional: os gestores “gerenciam” uma agenda que lhes é dada do exterior (basicamente da sociedade civil, bem como a partir de decisões políticas em outros poderes). São sujeitos que leem, interpretam e executam a burocracia. Entretanto, por mais “limpa” que seja essa perspectiva, veremos aqui que os gestores, em suas diferentes posições na hierarquia da SECAD, atuam politicamente de diversas formas na garantia (ou não) da existência de uma agenda anti-homofobia na educação.

Durante o trabalho de campo fui percebendo divisões do corpo profissional do MEC que antes me eram estranhas, e uma das principais percepções que tive é que esta divisão de papéis tem caráter político. Como apontam Luiz Mello et al., “são estas pessoas [os gestores] que fazem escolhas e executam ações em suas respectivas secretarias, tentando atender aos diversos segmentos da população” (2010, p. 15). Segundo James Wilson, que estudou várias agências de governo norte-americanas, incluindo o Federal Bureau of Investigation (FBI), o exército, a agência de serviço social etc.,

os operadores das agências [governamentais] ao confrontarem a política de grupos de interesse parecem ter uma vida fácil: em um ambiente de aparente separação entre grupos rivais em que podem escolher a forma como definem suas próprias atribuições, há sempre a certeza de que alguém lá fora possa ser seu aliado. Mas na verdade não é tão fácil. Uma certeza é que tudo o que se faz será criticado por alguém e, como a maioria das pessoas, os burocratas não gostam de crítica. Por outro lado, seus superiores políticos, do Poder Executivo ou do Congresso, se inclinarão, dependendo dos ventos políticos, primeiramente a um grupo de interesse e, em seguida, na direção oposta. Nestas circunstâncias é muito difícil saber o que se deve fazer, já que coisas que eram recompensadas podem passar a ser penalizadas (1989, p. 81).

Também chamada de “pasta”, uma “secretaria” de ministério do governo federal é uma agência que regula determinada área de governança. O Ministério da Educação regula e gerencia o sistema de ensino brasileiro. É função do Ministério da Educação “formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem” (Lei nº 9.131/1995). Desse modo, a existência de uma secretaria em que algumas de suas temáticas giram em torno das diferenças, da diversidade sociocultural e da garantia de acesso e permanência na escola a populações vulneráveis e

historicamente excluídas dos processos de ensino formal é uma opção ideológica de um governo que entende o acesso universal à educação como política de Estado. Ao trabalhar com especificidades, marcadores sociológicos que geram exclusão e diversidades, o MEC, por meio da criação de uma pasta específica, passa a “enfrentar” o recente problema do “respeito às diferenças” na escola, mas, para isso, complexifica o campo com a criação de uma nova secretaria e novos “tipos” de profissionais que devem se apropriar e se especializar na gerência de políticas de diversidade. Tomando o argumento de James Wilson (1989) para o contexto norte-americano, os novos “tipos” de gestores (ou operadores de políticas públicas para usar um termo do autor) têm que, além de se apropriar das discussões sobre diversidade, lidar com correntes político-ideológicas, posicionar-se e entender seu papel e diferentes possibilidades de exercício de poder e agência na secretaria.

Na SECAD encontrei oito diferentes “tipos de sujeito”, cada um respondendo a diferentes papéis: secretário, diretor e coordenador-geral, coordenador e responsável, técnico e executores técnicos e, por fim, os consultores. Esses sujeitos que compõem a estrutura da SECAD ocupam diferentes posições de sujeito e suas vozes, dependendo do lugar na hierarquia governamental, são mais ou menos autorizadas, dessa forma, produzem a agenda anti-homofobia na educação, sempre por meio da produção de discursos oficiais. Como apontou Eduardo Santarella, gestor da SEDH, no Congresso da ABEH em 2008:

“O que eu gostaria de lembrar a vocês é que os gestores são pessoas físicas. São pessoas físicas como nós que estão lá. Então eles caminham conforme a ideologia deles”. “É um trabalho de formiga, é um começo de discussão [sobre homofobia] que estamos jogando para a sociedade. Há muito preconceito e existem dificuldades na sociedade em geral” [Diário de Campo, 14/10/2008].

Estes sujeitos articulam inúmeras questões internamente, mas também com as instituições que compõem o quadro de relações da SECAD.

5 - Tensões na Publicação de Material Didático

A principal dinâmica que produziu tensão nas agendas anti-homofobia do governo lula foi a publicação de material didático-pedagógico, produtos que “geralmente” findam a relação de apoio entre o MEC e as instituições executoras de projetos. O material didático-pedagógico esteve envolvido em

grande parte (se não em todas) as ações de combate à homofobia apoiadas pelo MEC.

Antes da instituição do Comitê de Publicações do MEC por meio da Portaria nº 434, de 09/05/2007, os materiais didáticos das ações apoiadas pelo ministério passavam por aquilo que gestores nomeiam como “*homologação da área técnica*”, ou seja, os técnicos de determinada coordenação eram aqueles que “*aprovavam sem ressalvas*”, “*aprovavam com modificações*” ou “*rejeitavam*” determinado material enviado para análise. Todo o material publicado que tenha tido apoio do MEC devia antes ser “aprovado” pela agência responsável. O processo nomeado como “homologação da área técnica” era por demais obscuro e não publicizava amplamente os critérios usados na avaliação do material. Após a “homologação”, alguns materiais, que integrariam coleções específicas, passavam por outra etapa de avaliação, em um “Conselho Editorial” do MEC.

Trato neste momento de alguns apontamentos sobre a publicação de materiais oriundos de ações antissexismo e anti-homofobia apoiadas pelo MEC. De um lado, a SECAD afirmava a “neutralidade” no processo de análise dos materiais didáticos submetidos, afirmando o tratamento igualitário dado aos materiais, sejam eles de ONGs, de universidades ou das ações em coalizão entre ambos os tipos de instituição. De outro, há universidades e ONGs que, a despeito da suposta “neutralidade” do MEC, entram no processo ocupando lugares diferentes nas relações de poder envolvidas na “aprovação” dos materiais. Abordarei primeiramente a alegação do MEC de “neutralidade”, para, depois, refletir sobre os pontos de vista (alguns sinais) de acadêmicos e ativistas sobre a publicação de material didático-pedagógico.

Até maio de 2007, não havia no MEC, particularmente na SECAD, uma “instituição” específica (no sentido foucaultiano) que elaborasse a aprovação dos materiais didático-pedagógicos. Havia no MEC os “Conselhos Editoriais” que eram constituídos temporariamente para determinadas coleções temáticas e/ou publicações específicas, geralmente de “livros didáticos”. Mas no quadro mais amplo as “publicações” oriundas de projetos apoiados pelo MEC eram

aprovadas pela área técnica responsável pelo edital ao qual as ações respondiam.

Lembro-me de um curto período que antecedeu o governo lula, no qual estava em declínio o apoio a projetos de prevenção à Aids, mas estes ainda representavam o principal recurso de projetos das ONGs. Naquela época, eram as “Agências de Comunicação” que avaliavam os materiais impressos. Estas, também conhecidas como “agecom” em diversas localidades, eram as instituições que aprovavam ou recusavam o material. Os materiais eram avaliados moral e esteticamente tal como são avaliados os materiais hoje, mas quem o fazia eram profissionais da comunicação (em diálogo com os setores técnicos) e uma série de atores “fantasmas”, ou seja, o processo era “interno”, sem clareza dos procedimentos envolvidos na avaliação. Os “autores” ou “proponentes” dos materiais recebiam um “parecer”, na maioria das vezes verbal, sobre os materiais. Era quase uma “conversa na cozinha”. Nos primeiros anos do governo lula (particularmente na primeira gestão), o processo foi bastante similar, acontecendo em “reuniões”.

Quando um material didático chegava para avaliação na SECAD, ia diretamente para a coordenação responsável pelo programa em que o material estava ligado. A avaliação era feita, portanto, pelo conjunto de “técnicos” e “consultores” daquela coordenação, processo que se intitula “homologação da área técnica”.

Em maio de 2007, foi criado um Comitê específico para lidar com os materiais didáticos apoiados por todo o ministério, intitulado “Comitê de Publicações do MEC”, em que se clarificou um pouco o processo ao objetivar “assegurar a uniformidade dos procedimentos e a qualidade das publicações a serem impressas” (Portaria nº 434 do MEC, art. 01. DOU, 09 maio 2007).

Tanto no processo de “homologação da área técnica” como no “Comitê de Publicações”, o MEC sempre afirmou “neutralidade” no processo de aprovação de material didático-pedagógico. Segundo Rodrigo, um gestor da SECAD que entrevistei por telefone, “os materiais de ONGs e universidades são avaliados da mesma forma. Não há diferença”. Entretanto, sabemos, e Michel Foucault (1987) nos ajuda nesse sentido, que instituições são criadas para

“acalantar” as misturas: tudo no âmbito do governo dos corpos deve ter o seu lugar. A criação de um “Comitê de Publicações” não é simplesmente uma resposta estrutural a uma “demanda” de maior profissionalização e transparência, mas um processo de “normatização” num âmbito que gerava conflito e dúvidas.

No bojo da obscuridade da política editorial do MEC na primeira gestão de Lula, no que tange à publicação de material didático (especialmente aqueles relacionados à agenda anti-homofobia), vão sendo desenhados novos modelos de aprovação dos materiais, especialmente naquilo que se conjurou na formação do “Comitê de Publicações”. Entretanto, este movimento é parte de um processo mais amplo, que diz respeito ao papel do governo federal na política editorial nacional.

As publicações acadêmicas, nas quais se inserem as publicações didáticas e pedagógicas, têm sido investidas de “norma” há pelo menos 30 anos. Segundo Elizabeth Cancelli (2010), anteriormente aos anos 1980, as publicações acadêmicas aconteciam quando sugeridas por reitores ou professores catedráticos. Foi em 1980 que o governo federal publicou as normas para Editoras Universitárias e, nos anos 1990, com a nova reforma universitária, foi-se desenhando uma nova política editorial universitária brasileira. Essa nova política privilegiou equipes de pesquisa sempre lideradas por algum professor. Assim, foi o governo federal que desenhou o “perfil de funcionamento” das Editoras Universitárias (CANCELLI, 2010) e, com a política acadêmica privilegiando a produtividade, possibilitou-se que as Editoras se fechassem para o “exterior” e incentivassem a produtividade interna com vistas a ampliar a competitividade no cenário editorial universitário nacional.

Movimentos sociais afirmavam, já em 2009, que havia pouquíssimos materiais didáticos sobre LGBTTT apoiados pela SECAD. A segunda gestão de Lula foi marcada pela insatisfação dos movimentos sociais em relação ao MEC, uma vez que ocorreu tanto o fim do apoio aos projetos de ONGs, em um plano específico, como a intensificação dos conflitos entre universidades e ONGs, em um plano geral.

Na audiência pública sobre Homofobia nas Escolas (Câmara dos Deputados, Brasília/DF, 22/10/2009), falaram parlamentares, gestores e ativistas e a posição do movimento LGBTTTT presente esteve em torno de uma avaliação negativa da SECAD (“não podemos nos contentar com tão pouco”, disse Beto de Jesus [Diário de Campo, 22/10/2009]). A ausência do Ministro da Educação Fernando Haddad nas atividades em que se discutiram homossexualidades e educação, especialmente na Conferência Nacional LGBT, foi causadora de desconfiança e denúncia: “eu nunca vi o Ministro da Educação falar no tema, nunca” [Diário de Campo, 22/10/2009], disse Caio Varela, militante de Brasília. As falas, feitas em um espaço institucional do Legislativo, demonstram o clima de “insatisfação” do movimento em relação à agenda anti-homofobia no MEC na segunda gestão de Lula. As tensões sobre a publicação de material didático, matéria geradora de polêmica no espectro mais amplo da sociedade brasileira, canalizaram parte dessa insatisfação. Tanto Beto de Jesus como Caio Varela, de diferentes lugares, falam dessa “pequena” produção. Beto de Jesus, por exemplo, compara a produção nos temas relacionados à agenda anti-homofobia às produções em outras áreas atendidas pela SECAD: “enquanto uma secretaria que faz políticas públicas, ela tem de fazer para todos e todas: para negros, para índios, para a população do campo, para homossexuais, e [...] [as políticas da SECAD ainda são] muito tímidas” [Diário de Campo, 22/10/2009]. Além disso, Beto entoa uma resposta à falta de investimento na produção de material didático, “os livros escolares são o reflexo da timidez que estou falando. Se estou falando de política pública, eu quero, sim, que haja livros que apontem para essas questões” [Diário de Campo, 22/10/2009]. Já Caio Varela “cobra” a publicação de um material que, como escutei em outras ocasiões, ficou “engavetado” por muitos anos:

estamos num Governo que se diz democrático e popular – e eu acredito que este Governo seja democrático e popular, e de fato tem sido nesses últimos anos. Mas nós estamos há seis anos e meio... Em fevereiro deste ano eu tive a informação de que haveria uma publicação do Ministério da Educação a respeito do tema. Nós estamos em novembro [sic], e essa publicação não saiu [Diário de Campo, 22/10/2009].

Caio fala do livro *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (JUNQUEIRA, 2009), finalizado em 2006-2007,

mas lançado efetivamente em março de 2010. Como coautor de um dos capítulos dessa obra, pude participar de alguns trâmites que envolveram sua publicação. Em 2007, o livro foi enviado para a “Assessoria do Gabinete” do ministro, agência que “normatizaria” (segundo o gestor responsável) a publicação, especialmente no que tange às regras gramaticais e às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Em um segundo momento, a publicação seguiu para o “Conselho Editorial” da coleção “Educação para Todos”, que preparou o material segundo as normas da coleção, etapa em que a “adequação do uso da logomarca” e a nivelção da publicação segundo a coleção do governo federal é o objetivo. Assim, em 2007, momento em que se anuncia a existência da publicação, o livro ainda era um arquivo virtual do processador de textos Word.

Há aqui duas “temporalidades” em disputa. De um lado, a noção de “tempo” dos movimentos sociais em que os conteúdos dos materiais são produzidos em um tempo curto e são “terceirizados” aqueles serviços editoriais, bem como de impressão (e, em alguns casos, de distribuição). De outro lado, a noção de tempo de acadêmicos e gestores (i.e. autores profissionais), na qual a etapa entre a produção do conteúdo e a publicação final é muito longa, às vezes mais extensa que a produção do primeiro manuscrito, com sucessivas revisões e análises. Dessa forma, a acusação de “ausência” de material didático na primeira gestão de Lula, tomando-se o caso específico do livro em questão, mais do que uma política do MEC, é parte do “tempo da publicação profissional” (acadêmica) compartilhado por autores que tenham maior experiência na política e prática editoriais. Entretanto, comparativamente com as publicações de combate ao racismo, um único livro “oficial” da agenda anti-homofobia no MEC é, de fato, e como afirmam Beto e Caio, ínfimo.

A SECAD contrapõe a posição dos movimentos sociais ao afirmar que os movimentos “excluem” da avaliação supramencionada a relação desta Secretaria com as universidades. Anteriormente à publicação do livro *Diversidade sexual na Educação*, outras publicações da agenda anti-homofobia foram apoiadas pelo MEC. Entretanto, estas publicações foram oriundas do término de ações de formação de professores realizadas por “universidades” ou

“ONGs em parceria com universidades”. Não eram “livros didáticos” a serem distribuídos em todas as escolas públicas, como é o caso da coleção “Educação para Todos”, mas são, de fato, materiais didáticos da agenda anti-homofobia. Rosiléa Willie, coordenadora de direitos humanos da SECAD, na mesma audiência pública em 2009, fala sobre as parcerias com as universidades como produtoras de materiais didáticos, ressaltando o “grande trabalho” feito pelas IES e IFETs:

Não sou da área de publicações do MEC. [...] Nós trabalhamos hoje em aproximadamente cinquenta universidades brasileiras, a maioria universidades públicas, que formam professores para o enfrentamento da homofobia. [...] O que o MEC está fazendo? Apoiando universidades, incentivando, fomentando, pagando ações para os professores lá na ponta.

Rosiléa sinaliza que “as ações do MEC” na agenda anti-homofobia são um campo amplo que envolve uma série de instituições e sujeitos cujas publicações estão dispersas no tecido social em ações específicas apoiadas pelo MEC. A dubiedade existente na classificação do material didático possibilita “cobranças” e “demandas” muitas vezes desconexas da realidade concreta dos produtos oriundos das ações anti-homofobia. Se, por um lado, apenas um “livro didático” sobre o tema foi lançado; por outro, há dezenas de materiais didáticos em relação com a agenda anti-homofobia publicados por universidades e ONGs apoiadas pelo MEC. Rosiléa aponta essa multitude olvidada pelos movimentos sociais na avaliação do material didático.

Os núcleos de pesquisa em gênero e sexualidades, interdisciplinares por excelência, questionam a política editorial das universidades públicas que privilegiam as áreas disciplinares e criam a possibilidade de questionamento da qualidade das publicações. Elizabeth Cancelli (2010), no que tange às Editoras Universitárias, questionou, durante o II Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências (SPM/PR), o abandono da pertinência teórica na avaliação das publicações, o viés disciplinar dos Conselhos Editoriais e o privilegiamento de critérios políticos de produtividade internos às instituições que abrigam tais editoras no favorecimento de seus docentes e programas de pós-graduação.

Podemos tecer uma relação entre a crítica de Cancelli e as publicações oriundas das ações anti-homofobia de universidades apoiadas pelo MEC. Coordenadoras de cursos de formação de professores oriundas de

universidades com Editoras Universitárias têm maior trânsito e relação com estas Editoras, muitas vezes uma relação pessoal com a diretoria ou com integrantes dos Conselhos Editoriais (se não os integram). Assim, a defesa da “aprovação” do material didático feita junto ao MEC já chega ao ministério com o aval de uma Editora Universitária, na qual as relações de afinidade entre os docentes e a divisão dos recursos por critérios políticos e não teóricos, visando à produtividade interna da instituição, posicionam as coordenadoras de cursos de formação oriundas de universidades em relação desigual na aprovação de material didático.

Se o ativista Beto de Jesus afirmou em certo momento que o material produzido pelas ONGs não é adequado, o material produzido nas universidades com Editoras Universitárias, mesmo que aprioristicamente adequado, não segue os trâmites de avaliação considerados “científicos”, ou seja, que levem em conta critérios teóricos, avaliação às escuras, e o mais importante deles, o olhar de terceiros sobre a produção, tão importante e valorizado no mundo acadêmico.

No seio do conflito entre a produção e avaliação de material didático-pedagógico, em que um conflito entre a forma de se avaliar “universidades” e ONGs emerge, há também outras posições, que evocam a “colaboração” como parte do processo. Uma ativista da ONG ECOS, responsável pelos materiais do “Kit de Combate à Homofobia” do projeto “Escola Sem Homofobia”, afirmou, em encontro da SECAD, a importância do trabalho em coalizão:

A universidade faz pesquisa e as ONGs também [risos irônicos]. Na criação de material a gente sempre procura trabalhar em parceria com a universidade e com o movimento social e também com educadoras e educadores, como foi o caso desse material [Kit de Combate à Homofobia]. Foram exaustivas reuniões, só para conhecimento e aprofundamento dos temas. Estamos nesse tema desde 1995. As ONGs têm importância na criação de material educativo. A gente sabe que a SECAD não abre mais edital para ONGs. A gente tem mais de 20 anos. Tem outras ONGs no Brasil como a gente. Por que a SECAD, o MEC e outras instâncias que tinham que ser mais democráticas não apoiam mais? O movimento social é um movimento democrático e devia estar mais envolvido nessas políticas. Na ECOS, a gente discute muito os materiais. Tem que promover a discussão, se a gente promove a discussão já é uma grande coisa. Fino, grosso, isso e aquilo, não é muito por aí [sobre a forma dos materiais]. As vezes é fino e cheio de estereótipos. Por isso a gente incentiva também a necessidade de formação continuada na utilização de materiais. [Diário de Campo, 17/11/2010].

Nesse sentido, há também, contrapondo o ponto de vista de que há conflito entre universidade e ONGs, possibilidades de coalizão entre ativistas e acadêmicos, sendo que, como aponta o movimento social, há a necessidade de participação equitativa nas políticas.

6 - Conclusões

Vimos que todos os “problemas sociais” enfrentados por um governo, para atingirem o lugar de objetivo de políticas públicas, passam por um longo processo definido e delimitado pelo que o governo entende como sendo seu “papel de Estado”, que no caso do governo lula é de “indução” de políticas sociais.

Como um governo que produziu uma elite política com histórico nas lutas e movimentos sociais, o governo lula possibilitou que seus gestores executassem uma “leitura ativista” das políticas públicas, remetendo-se ao ativismo e possibilitando que o governo “induzisse” determinadas temáticas e pautas políticas na sociedade brasileira, sendo a agenda anti-homofobia uma delas, resultado de um processo de colaboração entre Estado e sociedade civil.

A participação popular teve papel central na primeira gestão Lula. Na definição do projeto do governo lula, chamado de “Estado Indutor,” teve lugar fundamental a então ministra da Casa Civil e atual presidenta do Brasil Dilma Rousseff, que com sua expertise na Administração Pública percebeu a ausência de um projeto claro de nação nos primeiros anos do governo lula. Ao mesmo tempo, quando Dilma “desenha” o projeto de nação defendido pelo governo lula, faz desaparecer várias ações em diálogo com o princípio de participação popular do governo, como a revisão societária do plano plurianual da segunda gestão de Lula. Mas, percebendo tais mudanças, os movimentos sociais trataram de se formar e se profissionalizar no funcionamento da máquina pública, buscando enfrentar diretamente a dissipação da “escuta ativa” e possibilitando que alternativas fossem construídas para a escuta das pautas políticas dos movimentos sociais. Dessa forma, coube ao movimento LGBTTT permanecer em diálogo com gestores com histórico nas lutas e movimentos sociais, buscando “brechas” para o retorno dos princípios de participação popular da primeira gestão de Lula.

São os ativistas do movimento LGBTTTT que constróem a pauta política das agendas homossexual e anti-homofobia na sociedade brasileira. Como dito nesta tese, há uma forma específica de “crítica ativista”, orientada e informada institucional-ideologicamente. São os ativistas que, ao longo dos processos de construção de políticas públicas, vão definindo e modificando a pauta política da agenda anti-homofobia na educação, informados por uma série de campos acadêmicos e ativistas. A partir disso, é possível perceber que as primeiras pautas LGBT que citavam o campo da Educação posicionavam a escola no seio de uma série de outras instituições, defendendo a “liberdade” dos cidadãos no acesso e permanência nos serviços públicos de maneira igualitária e sem discriminação. Também foi o movimento que começou, na educação, a defender o respeito à orientação sexual, entendendo-a como um direito humano e fazendo uso das reflexões feministas na educação. É no governo Lula e com o lançamento do programa federal Brasil Sem Homofobia (que guiou a agenda anti-homofobia na educação) que a pauta política defendida pelos ativistas se desloca de uma perspectiva de defesa da “liberdade” e do “direito” dos sujeitos LGBTTTT para o combate à violência e discriminação, desenhando, desta forma, uma “agenda anti-homofobia” na educação.

Diante do exposto, considero que a SECAD obedeceu, durante o período estudado, a uma hierarquia com divisão de tarefas que funciona principalmente na delimitação de possibilidade de se falar de determinados assuntos, que vão do geral ao particular. Ou seja, cargos no topo da hierarquia falam de assuntos gerais, princípios, funcionamentos e tudo o que envolve as políticas públicas da Secretaria. Cargos na base da hierarquia falam de assuntos específicos, respondem a políticas públicas específicas e são acionados em momentos determinados para falarem de programas e ações. Os consultores, apesar de presentes na hierarquia, possuem status de “especialistas” e não respondem diretamente em nome do MEC, mas sim indiretamente, a temas específicos, sempre em sintonia com a política defendida pelo governo federal. Destarte, os consultores são posicionados em um interstício entre o sistema fechado da Secretaria e o entorno em que se situam outros tipos de sujeitos produtores de políticas públicas no Brasil.

Um dos eixos estruturantes na criação de uma nova agenda social em um país como o Brasil, especialmente se esta agenda gera polêmica com as crenças e valores do povo, são os conflitos e tensões. Não foi meu objetivo tecer generalizações sobre os processos de publicação de material didático-pedagógico, apesar de fazê-las com fins didáticos e analíticos. Tentei mostrar como, com base em alguns dados possíveis, a afirmação de neutralidade na aprovação dos materiais apoiados pelo MEC é permeada por relações desiguais no conferimento de prestígio e legitimidade teórica às publicações. Se, por um lado, há diferentes concepções sobre o processo de produção de uma publicação em que ativistas dos movimentos sociais “acham” que o processo pode ser mais rápido e acadêmicos e gestores com experiência editorial “sabem” que o tempo é longo entre o primeiro manuscrito e a publicação final; por outro, está “naturalizado” no Brasil um processo de editoração universitária em que as relações de produtividade entre os departamentos têm feito os Conselhos Editoriais mais “dividirem” os recursos e aprovarem “cotas” de publicação por departamento do que propriamente “avaliarem” a qualidade teórica e/ou pedagógica dos produtos submetidos. Tanto um lado quanto o outro apresentam pontos negativos e positivos na agenda anti-homofobia. Sinalizar que ativistas podem precisar melhor o tempo da publicação e acadêmicos devem democratizar a avaliação das publicações nas Editoras Universitárias nos mostra que há ainda um longo caminho a ser trilhado na densificação dos critérios de publicação de material didático da agenda anti-homofobia. Pensar como diferentes instituições entram no campo editorial com diferentes concepções de tempo e com diferentes estratégias políticas já mostra o quanto o processo de avaliação de material didático não é neutro, mas permeado por relações de poder que conferem diferentes graus de prestígio e legitimidade ao que é produzido.

Referências

AHLERT, Martina. *Mulheres de Monte Verde: etnografia, subalternidade e política na relação de um grupo popular de Porto Alegre e o Programa Fome Zero*. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRANSGÊNEROS (ABGLT). *Brasil: juntos somos mais fortes*. Curitiba: ABGLT, 2005.

AUAD, Daniela. A co-educação como política pública: a manutenção da escola mista com o advento da igualdade de gênero. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 16, n. 19, p.57-76, jul./dez. 2006.

BASTOS, Cristiana. Responding to AIDS in Brazil. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, Brasília, v. 1, n. 1/2, p. 45-86, jan./dez. 2004.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CANCELLI, Elizabeth. Publique ou desapareça: o desafio acadêmico de produzir com qualidade e impacto. In: ENCONTRO NACIONAL DE NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISAS 2009, 2010. *Pensando gênero e ciência*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

COUTO, Alessandro Ribeiro. A ordem econômica intervencionista e o novo paradigma do direito subjetivo. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, n. 46, 31 out. 2007. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2337>. Acesso em: 27 jun. 2011.

DULAC, Elaine Beatriz Ferreira. *Sexualidades e educação: uma análise de questões levantadas por professores/as de um curso voltado à educação para a diversidade*. 2009. 176 f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. *A Agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, SC, 2011, 422 p.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOLDMAN, Márcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GOMES, João Paulo Pombeiro; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. O campo da energia elétrica no Brasil de 1880 a 2002. *RAP – Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 43, p.295-321, mar./abr. 2009.

GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

GROSSI, Miriam Pillar; CARDOZO, Fernanda. Violências contra as mulheres, a Lei Maria da Penha e a judicialização dos conflitos sociais de gênero. *Revista Memória do Projeto Bem-me-quer*, Florianópolis, p. 65-70, jul. 2008. Escola Sindical Sul da CUT.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/UNESCO, 2009.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

MELLO, Luiz *et al.* Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar: educação e políticas públicas para a população LGBT: diálogos possíveis?. *Ser-tão*, Goiânia, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, UFG, 2010. Disponível em: <<http://www.sertao.ufg.br/politicaslgbt/index.php>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

PARKER, Richard. *Na contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política*. Rio de Janeiro; São Paulo: Abia; Ed. 34, 2000.

RONZANI, Telmo Mota; SILVA, Cristiane de Mesquita. O Programa Saúde da Família segundo profissionais de saúde, gestores e usuários. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, fev. 2008.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, dez. 2003.

SIMÕES, Júlio Assis. Homossexualidade e Movimento LGBT: estigma, diversidade, cidadania. BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WILSON, James. *Bureaucracy: what government agencies do and why they do it*. New York: Basic Book Press, 1989.